



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

1

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0008796-44.2015.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**
 Documento de Origem: **IP - 096/2015 - 1º Distrito Policial de Araraquara**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **João Vitor Ferreira da Silva, Julio Cesar Domingos de Freitas**
 Vítima: **Eduardo Garcia Filho**
 Artigo da Denúncia: *****

Justiça Gratuita

Aos 15 de agosto de 2018, às 15:40h, na sala de audiências da 2ª Vara Criminal do Foro de Araraquara, Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, sob a presidência da MMª. Juíza de Direito Drª. **ANA PAULA COMINI SINATURA ASTURIANO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, presentes o representante do Ministério Público Dr. **Marinaldo Bazilio Ferreira**, o acusado **João Vitor Ferreira da Silva** e o Defensor Público Dr. **Frederico Teubner de Almeida e Monteiro**. **Iniciados os trabalhos**, pela Magistrada foi proferida a seguinte decisão: "Atento ao que dispõe a Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal que regulamenta a utilização das algemas durante operações policiais e julgamento, levando-se em conta a periculosidade do réu, já reconhecida no decreto de prisão preventiva, este Juízo obteve informações do responsável pela escolta que não possui policiais suficientes para garantir a integridade física do Magistrado, Promotor de Justiça, Advogados, Serventuários da Justiça, bem como de terceiras pessoas presentes no prédio do Fórum na hipótese de agressão, e para evitar tentativa de fuga. Sendo assim, este Juízo houve por bem determinar que o réu permanecesse em audiência com a utilização das algemas, conforme as hipóteses excepcionais apontadas pela Súmula do Egrégio Supremo Tribunal Federal.". **Na sequência**, foi ouvida a vítima, Eduardo Garcia Filho, e o réu interrogado, **ambos por meio de gravação captada em áudio e vídeo diretamente pelo Sistema Saj**. Não havendo mais provas a serem produzidas, foi dada por encerrada a instrução e determinado que se iniciassem os debates orais. **Dada a palavra ao representante do Ministério Público, por ele foi dito:** "Egrégio Juízo: **JOÃO VITOR FERREIRA DE SILVA** está sendo processado criminalmente sob a acusação de ter cometido crime de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

2

receptação dolosa, na sua modalidade simples. A ação penal teve regular trâmite. É o brevíssimo relatório. Há provas bastantes para a condenação. Vejamos: Os elementos probatórios reunidos nos autos demonstram, estreme de dúvidas, a efetiva ocorrência da subtração da motocicleta da vítima Eduardo Garcia Filho, a qual havia sido deixada por ela estacionada na via pública, cuja infração penal, ocorrida nesta cidade, ainda não teve sua autoria elucidada. A respeito, confirmam-se as declarações do ofendido em questão, colhidas nesta audiência, os documentos de fls. 65/66, o auto de exibição, apreensão e entrega de fl. 72, e o auto de avaliação de fl. 64. Quanto à imputação da receptação que lhe é dirigida, o acusado, quando interrogado, tanto na fase extrajudicial (fl. 10) quanto em Pretório, nesta data, alegou ter comprado a referida motocicleta de um “tal de Jonathan”, pagando por ela a quantia de R\$800,00 (oitocentos reais), negando, porém, ter conhecimento de sua origem espúria. A sua versão exculpatória, contudo, por inconsistente, não convence. Primeiro, porque não produziu nenhum adminículo probatório a corroborar as suas alegações defensivas, o que depõe em seu desfavor, mormente, porque bastaria arrolar a pessoa de “Jonathan”, como sua testemunha, para confirmar as suas assertivas, porém, assim não procedeu, o que soa no mínimo estranho. Segundo, porque, de conformidade com os depoimentos dos Policiais Militares Fernando dos Reis Maurício e Thiago Souza dos Santos, prestados no contraditório constitucional, sem terem sido objeto de contraditas (fls. 177/181), mesmo porque não conheciam o réu, de modo que não tinham nenhum motivo para incriminá-lo injustamente, o que empresta maior crédito aos seus testigos, ficaram eles sabendo, por informações da própria vítima, que o réu, juntamente com outra pessoa, estava trafegando com o indigitado automotor pelas vias públicas da cidade, bem como que teria entrado no Parque do Pinheirinho, motivo pelo qual pra lá se dirigiram, onde então surpreenderam JOÃO VITOR e a testemunha Julio Cesar Domingos de Freitas ao lado da motocicleta em tela. Afirmaram ainda, que, o réu e Julio entraram em contradição quando questionados sobre a origem do veículo, tendo JOÃO VITOR, por fim, alegado que o comprou de um desconhecido, pelo valor de R\$800,00, não apresentando, porém, nenhum documento comprovando a negociação. A testemunha Julio Cesar Domingos de Freitas, em seu depoimento em Juízo (fls. 177/181), declarou que a motocicleta apreendida com ele e o réu era de propriedade deste último, o qual afirmou a ele tê-la adquirido pelo valor de R\$800,00 (oitocentos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

3

reais), declarando ainda que, na data dos fatos, JOÃO VITOR passou em sua casa com o referido automotor para juntos darem uma volta, ocasião em que, inclusive, chegou a conduzi-la, afirmando, porém, que desconhecia sua origem espúria. Realmente, diante da acusação que pesava contra si, o procedimento normal, caso tivesse agido mesmo de boa-fé, seria a apresentação pelo increpado de todos os elementos suficientes à comprovação de sua alegação exculpatória. Não foi o seu caso, haja vista que deixou de produzir prova idônea da alegada licitude da aquisição que realizou da indigitada motocicleta. Ofereceu, isso sim, versão inverossímil, que vulnera a própria natureza das coisas. A incoerência das explicações e a força dos fatos clamam contra a sua inocência. Interessante, a reforçar a argumentação, outrossim, a evidenciar que tinha o réu pleno conhecimento da origem criminosa do automotor por ele comprado, que o negócio que realizou foi feito sem ter ele exigido da pessoa que o ofertou documento qualquer atestando a regular propriedade de tal veículo e muito menos a regularidade de sua transferência, além de tê-lo adquirido de uma pessoa, cujos nome completo e o endereço de sua residência não soube apontar, o que soa estranho. Esse conjunto de circunstâncias, portanto, a meu sentir, é material formador de convicção que dá a certeza do dolo com que agiu o réu e que autoriza a sua condenação, alternativa mais adequada ao contexto dos autos. Vale dizer, que, *“para a afirmação do tipo definido no art. 180 do CP, é indispensável que o agente tenha prévia ciência da origem criminosa da coisa. No entanto, tratando-se de um estágio do comportamento meramente subjetivo, é sutil e difícil a prova do conhecimento que informa o conceito do crime, daí porque a importância dos fatos circunstanciais que envolvem a infração e a própria conduta do agente”* (TACRIM-SP – AC – Rel. Renato Mascarenhas – JUTACrim 83/242). É medida que se impõe, destarte, a responsabilização criminal do increpado. Na dosimetria penal, deve-se considerar que, à época dos fatos, o réu era primário, não lhe sendo desfavoráveis, outrossim, as circunstâncias judiciais (art. 59, C.P.), de modo a poder receber o apenamento mínimo e ser beneficiado com o regime penitenciário aberto e com a substituição da sanção corporal que lhe for imposta por duas restritivas de direitos, ficando sugeridas as de prestação de serviços gratuitos à comunidade e de prestação pecuniária, com o que atender-se-á ao princípio da suficiência das penas (artigo 59, Código Penal). Em face de todo o exposto, requero seja julgada procedente a pretensão punitiva ministerial, condenando-se o acusado.". **O Dr. Defensor**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

4

manifestou-se, nos seguintes termos: "MM^a Juíza, JOÃO VITOR FERREIRA DA SILVA vem sendo processado pelo crime previsto no artigo 180 do CP. Da ausência de prova do dolo: a acusação não comprovou o dolo. O réu negou a ciência acerca da origem ilícita. Disse que havia adquirido a motocicleta de um conhecido e por ela pago R\$ 800,00. Disse que, inclusive, lhe foram entregues a chave original e a documentação da moto. A motocicleta não apresentava qualquer sinal visível que pudesse levar a crer se tratasse de bem produto de crime. A ciência acerca da origem ilícita jamais pode ser presumida. Antes, necessita vir cabalmente provada. O simples fato de o réu não poder ou não saber explicar a procedência da coisa que tinha em seu poder de modo algum tipifica o ilícito da receptação. Os policiais militares afirmaram que ambos os envolvidos disseram que haviam adquirido a motocicleta em conjunto. A vítima nada soube dizer quanto à receptação. A testemunha Júlio César disse que o réu estava há pouco tempo com o bem. Disse que ouviu do réu dizendo que havia comprado a motocicleta. Disse que o réu possuía documento da motocicleta. Disse que ele conduzia a motocicleta. Não há prova, assim, de autoria. Pelo todo, requer a Defesa a absolvição do réu. Da desclassificação: o réu apresenta versão de que adquiriu o bem por preço inferior ao usualmente praticado no mercado, R\$ 800,00. Há, assim, forçosa desclassificação para o crime de receptação culposa (art. 180, §3º, do CP). Da receptação privilegiada: o réu é primário e o bem é de pequeno valor. Nos termos do art. 180, §5, in fine, requeiro aplicação do art. 155, §2º, com aplicação isolada da pena de multa ou, alternativamente, a diminuição na fração máxima. Em caso de condenação, a pena-base deve ser fixada em seu mínimo legal, ante a ausência de requisitos subjetivos capazes de elevá-la. As circunstâncias judiciais são favoráveis, nos termos do art. 59 do CP e da Súmula 444/STJ. Deve ser reconhecida a atenuante da menoridade (artigo 65, I, do CP). Em caso de reconhecimento da forma privilegiada, é caso de aplicação isolada da pena de multa, ou, alternativamente, diminuir a pena privativa de liberdade em dois terços. O regime inicial deve ser o aberto, considerando o quantum da reprimenda (CP, art. 33), a primariedade e a ausência de circunstâncias pessoais e objetivas desfavoráveis (Súmulas 440 STJ; 718 e 719/STF). As penas privativas de liberdade devem ser substituídas por restritivas de direito nos termos do artigo 44 do CP. As penas não são superiores a 04 anos e não há reincidência em crime doloso. A substituição se mostra como suficiente, nos termos do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

5

inciso III do referido artigo. Em caso de condenação, não é caso de decretação da prisão preventiva, reconhecendo-se o direito do acusado de recorrer em liberdade (CADH, art. 8.1 e CPP, art. 312).". **Por fim, pela Magistrada foi proferida a r. sentença: "Vistos. JOÃO VITOR FERREIRA DA SILVA** foi denunciado como incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal, porque, no período compreendido entre os dias 05 de julho e 04 de agosto de 2015, em horário ignorado, nesta cidade de Araraquara, adquiriu, em proveito próprio, uma motocicleta da marca *Honda*, modelo CG-150 Titan KS, de cor azul, ano 2005, placa DOQ-4756, avaliada em R\$ 3.000,00 (três mil reais) e pertencente à *Eduardo Garcia Filho*, sabendo que se tratava de produto de ilícito penal. Recebida a denúncia (fls. 93/94), o réu foi citado (fls. 121 e 149) e apresentou resposta à acusação (fls. 155/156). Durante a instrução, foram ouvidas a vítima e as testemunhas arroladas pelas partes, sendo o réu interrogado. Em alegações finais orais, o Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia, porquanto provadas a autoria e materialidade delitivas. Já a a Defesa pleiteou a absolvição pela fragilidade probatória e *sucessivamente* a fixação das penas no mínimo legal, além do apelo em liberdade. **É o relatório. Decido.** A ação penal é procedente. A materialidade delitiva veio devidamente comprovada pelo auto de prisão em flagrante delito, boletim de ocorrência, auto de exibição, apreensão e entrega (fl. 72), bem como pela prova oral. A autoria também é certa. A vítima disse em juízo que teve a sua motocicleta subtraída e que a avistou no dia dos fatos, tendo acionado a polícia. Disse que houve a apreensão da motocicleta, que estava na posse doréu e de terceira pessoa. A corroborar o seu depoimento, os policiais ouvidos durante a instrução revelaram que foram acionados a comparecer ao Parque Pinheirinho, pois um rapaz que teve a moto furtada alegava que o seu pertence se encontrava dentro do parque. Entraram no local e localizaram o bem na posse de dois indivíduos. Um deles disse ter pago R\$ 800,00 pela moto, ao passo que o outro caiu em contradição. O policial militar Fernando dos Reis acrescentou que não havia a chave original da moto, somente uma do tipo micha, não se recordando se algum dos abordados apresentou a documentação do veículo. O policial militar Thiago Souza, por outro lado, não se referiu à chave micha, limitando-se a dizer que a chave se encontrava na posse do réu. Júlio Cesar, que estava na companhia do acusado no dia em que foram presos, afirmou que a moto era deste último, que a havia adquirido recentemente. Contou, ainda,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

6

que no dia dos fatos o denunciado apareceu em sua residência com a motocicleta, narrando tê-la comprado de um indivíduo morador do bairro São Rafael pelo preço de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Confirmou, além disso, que foi visto conduzindo a moto com uma passageira do sexo feminino, explicando que quando o réu foi a sua casa solicitou que este lhe emprestasse o veículo para comprar um carregador de celular com a sua irmã. No mais, afirmou que foram até o parque para fumarem maconha e que o acusado possuía o documento do bem. O réu, por sua vez, alegou que havia adquirido a motocicleta dias antes de um desconhecido, pelo valor de R\$ 800,00. A negativa, contudo, restou isolada nos autos. A versão do acusado é frágil e desprovida de arrimo probatório. Nesse contexto, vale lembrar que cabia ao acusado demonstrar a veracidade da versão por ele apresentada, o que não fez de forma satisfatória, sendo manifesto que sua narrativa sobre os fatos não encontra respaldo na prova colhida. De outra banda, é certo que, para a caracterização da receptação dolosa, é necessária a ciência por parte do agente acerca da origem delituosa da coisa. Porém, *tal comprovação pode ocorrer pelos meios normais de prova, inclusive indícios e circunstâncias, o que não significa dizer, no entanto, presunção pura e simples, podendo a prova do conhecimento da origem delituosa da coisa extrair-se da própria conduta do agente e dos fatos circunstanciais que envolvem a infração (RT 726/666)*. No caso dos autos, não há dúvida de que a boa-fé por parte do acusado não se sustenta. Nota-se que ele não apresentou a qualificação completa ou o endereço para localização daquele que lhe vendeu o bem ocultando a ilicitude deste, o que evidencia mais uma vez que a condenação pelo crime em apuração é de rigor. Sequer justificativa idônea para estar na posse da *res* foi comprovada. Lembre-se que *“no crime de receptação, o simples fato da apreensão do bem em poder do acusado já seria suficiente para incriminá-lo, pois a posse do produto do crime faz inverter o ônus da prova, devendo o réu atestar a legalidade e licitude de sua posse (RJTACRIM 61/148)*. Portanto, no caso concreto restou bem delineada a chamada receptação própria, na qual o agente, sabendo ser a coisa produto de crime, a adquire, recebe, transporta, conduz ou oculta. Denota-se que a conduta do denunciado se amolda, assim, ao tipo penal, devendo ser responsabilizado na medida em que adquiriu bem de procedência criminosa. Portanto, inexistindo nos autos qualquer causa apta a afastar a responsabilização penal, a condenação se impõe. Passo a dosar as penas. Atenta aos requisitos constantes do art. 59



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

7

do Código Penal, observo que as circunstâncias judiciais são favoráveis ao réu, justificando a fixação da pena-base no piso legal de 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo. Na segunda fase da dosimetria, presente a circunstância atenuante da menoridade relativa (fl. 17), mas deixo de aplicar a redução correspondente, pois a pena não pode ser reduzida abaixo do mínimo legal, nesta fase. Não há causas de aumento ou diminuição de pena, motivo pelo qual torno definitiva a reprimenda acima. O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade é o aberto, tendo em vista o montante da pena e o fato de não possuir outra condenação criminal com trânsito em julgado. Deixo de aplicar o benefício previsto no art. 44 do CP por entender que, apesar de tecnicamente primário, já foi condenado pelo delito de tráfico de drogas, estando atualmente preso em virtude de tal processo sob nº 0006430-61.2017.8.26.0037, evidenciando que essa substituição não será suficiente para a reprovação da conduta, nem tampouco socialmente recomendável. Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal para **CONDENAR** o réu **JOÃO VITOR FERREIRA DA SILVA** às penas de 01 (um) ano de reclusão, em regime aberto, e 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo, por infração ao artigo 180, *caput*, do Código Penal. Poderá apelar em liberdade. Por fim, cabível a restituição do celular apreendido. Após o trânsito em julgado, inclua-se o nome do réu no rol dos culpados.". Proferida em audiência, dou por publicada a sentença e os interessados dela intimados. Anote-se. **O acusado e o Defensor manifestaram o interesse em não interpirem recurso; no mesmo sentido, o representante do Ministério Público. Pela Magistrada foi homologada a renúncia ao direito de recorrer pela Defesa e Acusação, determinando-se que se certifique, nesta data, o trânsito em julgado com relação ao réu e ao Ministério Público, expedindo-se o necessário para execução da sentença.** As partes procederam à leitura do presente. Este termo é assinado eletronicamente pela MMa. Juíza, sendo dispensada pelas partes presentes neste ato a providência do artigo 1269, § 1º, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Nada mais. Para constar, eu, (RAFP), Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

MM. Juiz(a): Assinado digitalmente